



Simulado 
Premiado
SEDES

**1º Simulado premiado
SEDES no formato da
QUADRIX**

Simulado Premiado SEDES

Olá, estimado estudante,

Fique atento as principais regras do **1º Simulado Premiado SEDES**.

Data de liberação do simulado: **30/04/2026 (quinta-feira)**

Prazo para envio das respostas: **Até 04/05/2026, segunda-feira, às 19h.**

Responda às questões no arquivo disponibilizado no botão abaixo.

Link:

CLIQUE AQUI!

- O simulado terá **60 questões de múltipla escolha** no estilo da prova.
- A correção acontecerá nos dias **04 a 08/05, às 19h, em nosso canal no YouTube.**
- O ranking será formado com base no desempenho de todos os participantes.
- O primeiro colocado ganhará um projeto especial para o concurso da SEDES.
- Critério de desempate: Em caso de igualdade na pontuação, o critério de desempate será a ordem de envio das respostas, ou seja, quem enviar primeiro!
Só terá 01 ganhador!
- A participação é gratuita, mas exclusiva para os cadastrados.

Agora utilize de todo seu conhecimento e faça seu melhor.

Até breve,

Prof. Carlinhos Costa e Prof. William Dornela.

PLANEJAMENTO

04 MAIO - Prof. William Dornela

Em determinada rede pública, a equipe técnica responsável pela organização do ano letivo identificou queda nos índices de permanência escolar, aumento da distorção idade-série e baixa participação das famílias nas ações institucionais. Em reunião ampliada, alguns gestores defenderam que o planejamento deveria priorizar a reorganização interna das escolas, enquanto outros sustentaram a necessidade de articulação com políticas intersetoriais e análise de dados territoriais.

01. Considerando a situação apresentada e os fundamentos do planejamento educacional, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento educacional deve concentrar-se na definição de rotinas escolares internas, pois os problemas de permanência e fluxo escolar são solucionados prioritariamente pela reorganização administrativa das unidades de ensino.

B. A elaboração do planejamento educacional deve partir de diagnóstico da realidade, contemplando indicadores educacionais, características sociais do território e articulação entre ações pedagógicas, administrativas e intersetoriais.

C. A queda nos índices de permanência escolar indica falha essencialmente pedagógica, razão pela qual o planejamento deve ser conduzido pela coordenação escolar, com posterior comunicação aos demais segmentos.

D. A participação das famílias no planejamento educacional possui caráter complementar, sendo recomendável quando houver dificuldades de aprendizagem já consolidadas ou conflitos recorrentes no ambiente escolar.

E. O planejamento educacional deve estabelecer metas amplas de melhoria, evitando o uso de indicadores específicos, pois estes podem reduzir a complexidade do processo educativo a dados quantitativos.

Em uma escola pública situada em região de alta vulnerabilidade social, a equipe gestora decidiu revisar o Projeto Político-Pedagógico após observar aumento de faltas,

conflitos entre estudantes e dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais. Parte dos professores defendeu a manutenção do documento anterior, por entender que o PPP expressava a identidade permanente da escola. Outra parte sugeriu que a revisão fosse feita com base em escuta da comunidade escolar e análise das novas demandas.

02. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA:

A. O PPP, por expressar a identidade institucional da escola, deve preservar suas diretrizes centrais, sendo inadequada sua revisão em razão de mudanças conjunturais relacionadas à frequência ou ao desempenho dos estudantes.

B. A revisão do PPP deve ocorrer mediante decisão técnica da equipe gestora, pois sua função é garantir coerência normativa entre a escola e as orientações educacionais da rede pública.

C. O PPP deve ser compreendido como instrumento dinâmico de planejamento escolar, construído e revisitado de forma coletiva, considerando a realidade da comunidade, os desafios pedagógicos e os objetivos institucionais.

D. A atualização do PPP deve priorizar a reorganização disciplinar da escola, uma vez que conflitos e ausências recorrentes indicam fragilidade no controle da rotina estudantil.

E. O PPP constitui documento orientador das ações pedagógicas, mas não interfere diretamente nas estratégias de enfrentamento da evasão, da defasagem ou dos conflitos escolares.

Durante a organização do planejamento anual, professores de uma escola dos anos finais perceberam que os estudantes apresentavam dificuldades em leitura, resolução de problemas e argumentação escrita. A coordenação pedagógica propôs que os componentes curriculares planejassem ações integradas, respeitando seus objetos de conhecimento, mas articulando habilidades comuns e situações contextualizadas.

03. Considerando os fundamentos do planejamento curricular, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento curricular deve assegurar a organização dos conteúdos por componente, evitando articulações que possam comprometer a especificidade epistemológica de cada área do conhecimento.

B. A proposta da coordenação é adequada, pois o planejamento curricular pode articular componentes, habilidades e práticas contextualizadas, sem eliminar a identidade própria das áreas do conhecimento.

C. A integração curricular é recomendável quando os estudantes apresentam desempenho insuficiente, mas deve ocorrer em atividades extracurriculares, para não alterar a sequência prevista nos conteúdos formais.

D. O planejamento curricular deve priorizar a recuperação das habilidades não consolidadas, ainda que isso implique suspender temporariamente os objetivos formativos mais amplos previstos para a etapa.

E. A contextualização curricular deve ser utilizada como estratégia motivacional, mantendo-se separada da definição dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de avaliação.

Em determinado território do Distrito Federal, a equipe de um CRAS identificou aumento da procura por benefícios eventuais, crescimento de famílias chefiadas por mulheres em situação de insegurança alimentar e baixa adesão às atividades coletivas ofertadas pela unidade. Diante do cenário, parte da equipe sugeriu ampliar os atendimentos individualizados, enquanto outra parte defendeu a necessidade de reorganizar o planejamento territorial, articulando ações preventivas, acompanhamento familiar e estratégias coletivas.

04. Considerando a situação apresentada e o planejamento no âmbito da proteção social básica, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento da proteção social básica deve priorizar a ampliação de atendimentos individuais quando há aumento da demanda por benefícios, pois a resposta imediata às necessidades materiais constitui o eixo central da atuação preventiva.

B. A baixa adesão às atividades coletivas indica inadequação do público às propostas ofertadas, sendo recomendável manter o planejamento inicial e investir em maior divulgação dos serviços disponíveis.

C. O planejamento no CRAS deve partir da leitura do território e das vulnerabilidades sociais identificadas, articulando benefícios, serviços, acompanhamento familiar e ações coletivas voltadas ao fortalecimento de vínculos e à prevenção de riscos sociais.

D. A reorganização do planejamento deve concentrar-se nas famílias que procuram espontaneamente a unidade, pois a demanda manifesta revela com maior precisão as necessidades sociais existentes no território.

E. A oferta de benefícios eventuais deve ser planejada de forma separada dos serviços socioassistenciais, para preservar a natureza administrativa da concessão e evitar interferências no acompanhamento familiar.

Uma equipe técnica acompanha uma família em que há desemprego prolongado, insegurança alimentar, histórico de rompimento de vínculos familiares e baixa frequência das crianças na escola. Durante a discussão do caso, um profissional propôs que o planejamento fosse centrado na regularização da frequência escolar; outro defendeu a construção de um plano de acompanhamento com objetivos pactuados, considerando as diferentes dimensões da vulnerabilidade vivenciada pela família.

05. Com base no planejamento do acompanhamento familiar no âmbito socioassistencial, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento do acompanhamento familiar deve eleger a demanda mais urgente como eixo de intervenção, pois a definição de múltiplos objetivos pode comprometer a efetividade das ações pactuadas.

B. A baixa frequência escolar, por envolver direito da criança e do adolescente, deve orientar o planejamento principal do caso, cabendo às demais vulnerabilidades tratamento posterior pela rede de serviços.

C. A pactuação de objetivos com a família deve ocorrer após a estabilização das condições materiais básicas, pois situações de

insegurança alimentar dificultam a participação qualificada dos usuários no planejamento.

D. O planejamento deve evitar a participação direta da família na definição das estratégias, para impedir que a intervenção técnica seja conduzida por percepções subjetivas dos usuários sobre suas necessidades.

E. O acompanhamento familiar exige planejamento construído a partir da análise integral da situação, com pactuação de objetivos, definição de responsabilidades, articulação com a rede e revisão periódica das estratégias adotadas.

Em Santa Maria-DF, foram identificados casos recorrentes de adolescentes em situação de evasão escolar, trabalho infantil informal e conflitos familiares associados ao uso abusivo de álcool por responsáveis. Em reunião entre equipes da assistência social, educação e saúde, discutiu-se a elaboração de um plano conjunto. Parte dos participantes defendeu que cada política elaborasse seu próprio planejamento, com posterior encaminhamento dos usuários conforme a demanda predominante.

06. Considerando o planejamento inter-setorial, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento intersetorial deve organizar ações articuladas entre políticas públicas, preservando suas competências específicas, mas construindo fluxos, responsabilidades compartilhadas e estratégias integradas diante de situações complexas.

B. A elaboração de planejamentos independentes por cada política pública favorece a especialização das respostas e evita sobreposição de responsabilidades entre assistência social, educação e saúde.

C. A assistência social deve assumir a coordenação do planejamento nesses casos, pois situações de trabalho infantil, evasão e conflitos familiares indicam vulnerabilidade social como fator determinante.

D. A política de educação deve conduzir o planejamento inicial, uma vez que a evasão escolar constitui o elemento mais objetivamente mensurável e permite monitoramento institucional mais preciso.

E. A construção de plano conjunto deve ocorrer após a definição da política responsável por cada caso, para evitar que o atendimento simultâneo gere duplicidade de registros e intervenções concorrentes.

Uma equipe de CREAS acompanha uma família em razão de violência intrafamiliar contra uma adolescente. Durante o planejamento da intervenção, discutiu-se a necessidade de escuta qualificada, proteção da adolescente, acompanhamento dos responsáveis, articulação com Conselho Tutelar e demais órgãos da rede. Um profissional sugeriu que o plano priorizasse a obtenção de informações detalhadas sobre o episódio, para subsidiar responsabilizações futuras.

07. Com base no planejamento no âmbito da proteção social especial, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento da intervenção deve priorizar a apuração minuciosa dos fatos, pois a proteção social especial atua na produção de elementos capazes de subsidiar a responsabilização dos envolvidos.

B. A escuta da adolescente deve ser conduzida como etapa preliminar do planejamento, pois a definição das estratégias depende da confirmação técnica da violência relatada.

C. O acompanhamento dos responsáveis deve ser postergado quando houver suspeita de violência intrafamiliar, a fim de preservar a integridade da adolescente e evitar interferência na apuração dos fatos.

D. A atuação do CREAS deve organizar-se em torno da proteção, do acompanhamento especializado e da articulação com a rede, evitando práticas que submetam a adolescente à repetição desnecessária do relato ou confundam atendimento socioassistencial com investigação.

E. A articulação com o Conselho Tutelar deve ocorrer após o planejamento interno do CREAS, pois a intervenção especializada exige definição prévia das medidas socioassistenciais cabíveis.

A coordenação de uma unidade socioassistencial percebeu que, embora o número de atendimentos mensais tivesse aumen-

tado, muitas famílias retornavam com demandas semelhantes, sem avanços consistentes no acompanhamento. A equipe passou a discutir a necessidade de rever o planejamento, analisar registros, qualificar indicadores, avaliar fluxos de atendimento e identificar se as ações estavam produzindo proteção social efetiva.

08. Considerando a relação entre planejamento, monitoramento e avaliação na assistência social, assinale a alternativa CORRETA:

A. O aumento do número de atendimentos demonstra ampliação da cobertura socioassistencial, sendo indicador suficiente para avaliar a efetividade do planejamento da unidade.

B. A avaliação do planejamento deve considerar não só a quantidade de atendimentos, mas também a qualidade das intervenções, a continuidade do acompanhamento, os resultados protetivos e a adequação dos fluxos e estratégias adotadas.

C. A recorrência de demandas semelhantes indica baixa adesão das famílias às orientações recebidas, razão pela qual o planejamento deve reforçar estratégias de responsabilização dos usuários.

D. O monitoramento deve concentrar-se na produtividade da equipe, pois a mensuração de atendimentos realizados permite verificar se a unidade está respondendo adequadamente às demandas territoriais.

E. A revisão do planejamento deve ocorrer quando houver descumprimento de metas formais, pois alterações frequentes podem comprometer a estabilidade dos serviços ofertados aos usuários.

Em uma unidade socioassistencial, a equipe observou aumento de famílias em situação de insegurança de renda, presença de idosos vivendo sozinhos, relatos de violência doméstica e baixa participação da população em atividades coletivas. Ao discutir o planejamento anual, parte dos profissionais sugeriu repetir as ações do ano anterior, por já serem conhecidas pela comunidade. Outro grupo defendeu a atualização do diagnóstico socioterritorial antes da definição das

prioridades.

09. Considerando o planejamento na política de assistência social, assinale a alternativa CORRETA:

A. A repetição de ações já consolidadas no território favorece a continuidade dos serviços, sendo medida suficiente quando há reconhecimento comunitário das atividades ofertadas.

B. O diagnóstico socioterritorial deve ser atualizado para subsidiar a definição de prioridades, permitindo que o planejamento considere vulnerabilidades, riscos, demandas manifestas e necessidades ainda pouco visíveis no território.

C. A baixa participação da população em atividades coletivas indica que o planejamento deve concentrar-se em atendimentos individualizados, por serem mais compatíveis com demandas de maior complexidade social.

D. A identificação de situações de violência doméstica desloca o planejamento para a proteção social especial, cabendo à unidade da proteção básica aguardar encaminhamentos formais da rede.

E. O planejamento anual deve evitar alterações significativas em relação ao ano anterior, pois mudanças frequentes dificultam a avaliação da continuidade dos serviços e dos resultados alcançados.

Uma equipe de CRAS acompanha famílias beneficiárias de programas de transferência de renda que apresentam dificuldades de acesso a serviços públicos, baixa participação em reuniões escolares e fragilidade nos vínculos comunitários. Durante o planejamento das ações, discutiu-se que o trabalho deveria priorizar a verificação de condicionalidades ou a construção de estratégias de acompanhamento familiar mais amplas.

10. Com base no planejamento do trabalho social com famílias, assinale a alternativa CORRETA:

A. O acompanhamento das famílias deve articular acesso a direitos, fortalecimento de vínculos, orientação socioassistencial e construção de autonomia, não se confundindo com controle burocrático de condicionalidades.

B. A verificação de condicionalidades deve orientar o planejamento principal das ações, pois permite identificar objetivamente as famílias que demonstram maior necessidade de acompanhamento técnico.

C. A baixa participação das famílias na vida escolar dos filhos deve ser tratada prioritariamente pela política de educação, cabendo à assistência social atuar quando houver descumprimento reiterado das responsabilidades familiares.

D. O planejamento do trabalho social com famílias deve evitar metas de autonomia, pois a superação de vulnerabilidades depende de fatores estruturais que extrapolam a atuação dos serviços socioassistenciais.

E. A fragilidade dos vínculos comunitários deve ser enfrentada por meio de encaminhamentos individualizados, pois atividades coletivas tendem a alcançar resultados menos precisos no acompanhamento familiar.

Após fortes chuvas em uma região administrativa, diversas famílias foram desalojadas, perderam documentos, tiveram prejuízos materiais e passaram a necessitar de acolhimento provisório, alimentação e orientação para acesso a benefícios. A equipe socioassistencial precisou reorganizar rapidamente sua atuação, sem abandonar os acompanhamentos já existentes no território.

11. Considerando o planejamento da assistência social em situações de emergência, assinale a alternativa CORRETA:

A. O planejamento emergencial deve concentrar-se na concessão de benefícios e provisões materiais, pois o acompanhamento socioassistencial pode ser retomado após a estabilização das famílias atingidas.

B. A atuação em emergência social deve ser conduzida por órgãos de defesa civil, cabendo à assistência social registrar as demandas familiares e encaminhá-las aos serviços competentes.

C. O planejamento deve estabelecer respostas imediatas, fluxos de acolhimento, articulação intersetorial, identificação das famílias atingidas e continuidade da proteção socioassistencial durante e após a emergência.

D. A reorganização dos serviços deve sus-

pendar temporariamente atividades coletivas e acompanhamentos regulares, a fim de concentrar a equipe nas demandas emergenciais do território.

E. A perda de documentos e bens materiais deve ser tratada como demanda administrativa, sem necessidade de inserção no planejamento técnico da unidade socioassistencial.

Em uma unidade da assistência social, a equipe elaborou um plano de atividades coletivas para adolescentes em situação de vulnerabilidade, prevendo oficinas sobre convivência, mundo do trabalho e participação social. Após baixa adesão inicial, os profissionais perceberam que os temas escolhidos não dialogavam com as experiências e expectativas dos adolescentes. Em nova reunião, discutiu-se a possibilidade de escutar os usuários antes de reformular o planejamento.

12. Considerando a participação dos usuários no planejamento socioassistencial, assinale a alternativa CORRETA:

A. A escuta dos adolescentes deve ocorrer após a consolidação das oficinas, pois a participação qualificada depende de contato prévio com os objetivos institucionais da unidade.

B. A baixa adesão indica necessidade de reforçar estratégias de busca ativa, mantendo-se os temas inicialmente definidos para garantir coerência técnica ao planejamento.

C. A participação dos usuários pode contribuir para adequar o planejamento às demandas reais do público atendido, desde que a equipe preserve a intencionalidade protetiva e os objetivos socioassistenciais das ações.

D. A definição dos temas das oficinas deve permanecer sob responsabilidade da equipe técnica, pois adolescentes em vulnerabilidade tendem a priorizar interesses imediatos em prejuízo dos objetivos formativos.

E. A reformulação do planejamento deve ocorrer com base em indicadores de presença e evasão, evitando que preferências individuais alterem a organização coletiva dos serviços.

Em atendimento realizado no âmbito da política socioassistencial, a equipe técnica identifica que uma adolescente de 15 anos, residente em território com alta vulnerabilidade social, encontra-se há meses afastada da escola. A família relata dificuldades de transporte, instabilidade de renda e ausência de acompanhamento regular pela rede pública. A escola, ao ser procurada, informa que a matrícula poderá ser retomada, mas que a responsabilidade pela permanência da estudante depende prioritariamente da organização familiar.

13. Considerando a situação hipotética e as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre o direito à educação, assinale a alternativa CORRETA:

A. A permanência escolar da adolescente constitui dimensão do direito à educação, devendo ser analisada à luz da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sem reduzir a situação à esfera privada da família.

B. A obrigação constitucional do Estado concentra-se na disponibilização formal de vaga, cabendo à família solucionar os entraves sociais que interferem na frequência escolar da adolescente.

C. A atuação socioassistencial deve limitar-se ao registro da evasão, uma vez que a Constituição atribui à política educacional a competência para enfrentar isoladamente os fatores que impactam a permanência escolar.

D. A garantia constitucional da educação permite que a escola condicione a retomada da matrícula à comprovação prévia de estabilidade familiar e de capacidade de acompanhamento cotidiano da estudante.

E. A ausência prolongada da adolescente descaracteriza o dever estatal de assegurar sua escolarização, pois a família assumiu posição de corresponsabilidade ao não manter a frequência regular.

Uma instituição privada de ensino localizada em Samambaia-DF, passa a ofertar educação básica e divulga publicamente que adota pro-

posta pedagógica própria, com organização curricular flexível e metodologia diferenciada. Durante atendimento à família de uma estudante, a equipe socioassistencial toma conhecimento de que a escola ainda não concluiu os procedimentos de autorização perante o órgão competente e sustenta que, por se tratar de iniciativa privada, possui autonomia para iniciar suas atividades educacionais antes da avaliação formal do Poder Público.

14. Considerando a situação hipotética e o disposto na Constituição Federal acerca da liberdade de ensino à iniciativa privada, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta pedagógica própria da instituição privada permite o início da oferta educacional, desde que a escola comunique previamente as famílias e submeta seus documentos ao sistema de ensino no curso do primeiro ano letivo.

B. A atuação do Poder Público deve concentrar-se na verificação posterior dos resultados educacionais, pois a liberdade de ensino conferida à iniciativa privada afasta controle estatal prévio sobre o funcionamento institucional.

C. O cumprimento das normas gerais da educação nacional pelas instituições privadas depende de adesão voluntária ao sistema público de ensino, considerando a distinção constitucional entre educação pública e ensino ofertado por particulares.

D. A liberdade de atuação da iniciativa privada no ensino não afasta a necessidade de cumprimento das normas gerais da educação nacional, nem dispensa a autorização e a avaliação de qualidade pelo Poder Público.

E. A avaliação de qualidade pelo Poder Público incide sobre a proposta pedagógica após a consolidação das atividades escolares, razão pela qual a ausência de autorização inicial não compromete a regularidade da oferta educacional.

Em uma reunião intersetorial envolvendo equipe socioassistencial, escola e família, discute-se a situação de um estudante de 13 anos que apresenta queda no rendimento,

episódios de discriminação por sua condição socioeconômica e resistência em permanecer na escola. A gestão escolar afirma que o principal encaminhamento deve ser a responsabilização da família, pois a instituição já oferece vaga, currículo regular e rotina disciplinar comum aos demais estudantes.

15. Considerando a situação hipotética e os princípios que regem o ensino, conforme a LDB, assinale a alternativa CORRETA:

A. A conduta da escola mostra-se suficiente, pois a igualdade de condições prevista na LDB se realiza com a oferta indistinta de vaga e de currículo formal aos estudantes matriculados.

B. A atuação socioassistencial deve concentrar-se no ambiente familiar, uma vez que a LDB disciplina princípios internos do ensino e não alcança fatores sociais que repercutem na permanência escolar.

C. A resistência do estudante em permanecer na escola autoriza a instituição a adotar medidas disciplinares prioritárias, desde que preserve a vaga e comunique formalmente a família.

D. A situação exige leitura institucional mais ampla, pois a LDB estabelece, entre os princípios do ensino, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e apreço à tolerância, além da consideração com a diversidade étnico-racial.

E. A discriminação relatada deve ser enfrentada pela rede de proteção fora do espaço escolar, pois o pluralismo previsto na LDB refere-se à organização pedagógica e às concepções de ensino, sem interferir nas relações de convivência escolar.

16. De acordo com a literalidade da Lei nº 9.394/1996, a educação escolar compõe-se de:

A. educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, sendo todos considerados níveis escolares autônomos.

B. educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.

C. educação básica, formada pelo ensino fundamental e pelo ensino médio; e educação superior, integrada pela graduação e

pela pós-graduação.

D. educação infantil, educação básica, educação profissional e educação superior, organizadas segundo os sistemas de ensino.

E. educação básica obrigatória, educação profissional técnica e educação superior, conforme a etapa de formação do estudante.

Durante atendimento a uma família acompanhada pela rede socioassistencial, a responsável por uma criança de 5 anos relata que a instituição de educação infantil informou a possibilidade de retenção da criança na pré-escola, em razão de dificuldades no desenvolvimento da linguagem e de frequência inferior à esperada em alguns meses do ano. A escola também informou que a avaliação final seria usada para decidir se a criança estaria apta a ingressar no ensino fundamental.

17. Considerando a situação hipotética e a disciplina da educação infantil na LDB, assinale a alternativa CORRETA:

A. A instituição pode condicionar o ingresso da criança no ensino fundamental ao resultado da avaliação final, desde que registre as dificuldades de desenvolvimento e comunique previamente a família.

B. A frequência insuficiente na pré-escola autoriza a retenção na educação infantil quando associada a dificuldades de linguagem, pois a LDB admite avaliação com finalidade classificatória nessa etapa.

C. A avaliação na educação infantil deve ocorrer mediante provas, relatórios e parecer conclusivo, sendo legítima a retenção quando demonstrada defasagem incompatível com o início do ensino fundamental.

D. A documentação pedagógica expedida ao final da educação infantil possui a finalidade de certificar a aptidão escolar da criança, razão pela qual pode fundamentar a permanência na etapa quando houver prejuízo no desenvolvimento.

E. A avaliação na educação infantil deve ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, inclusive para o acesso ao ensino fundamental, embora a LDB preveja controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar.

Uma criança com transtorno do espectro autista, matriculada em instituição regular de ensino, apresenta dificuldades significativas de comunicação, episódios de desorganização sensorial e necessidade de mediação para participação nas atividades escolares. A família solicita apoio específico durante a rotina escolar, mas a escola informa que já garante a matrícula e que o acompanhamento individualizado poderia gerar tratamento diferenciado em relação aos demais estudantes. A equipe socioassistencial é acionada pela família para orientar os encaminhamentos cabíveis.

18. Considerando a situação hipotética e a Lei nº 12.764/2012, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A escola pode recusar o apoio específico durante a rotina escolar quando entender que a matrícula em classe comum já assegura o acesso à educação, cabendo à família buscar suporte terapêutico fora do ambiente escolar.
- B.** A presença de estudante com transtorno do espectro autista em turma regular afasta a necessidade de acompanhante especializado, pois a legislação prioriza a convivência escolar em condições comuns.
- C.** O direito à educação da pessoa com transtorno do espectro autista compreende o acesso ao ensino regular e, quando comprovada a necessidade, o direito a acompanhante especializado, sem que isso configure privilégio incompatível com a igualdade educacional.
- D.** A concessão de acompanhante especializado depende de decisão judicial, pois a escola não pode ser responsabilizada por apoios que envolvam necessidades individuais decorrentes do transtorno do espectro autista.
- E.** A atuação da equipe socioassistencial deve limitar-se ao acolhimento da família, uma vez que a definição de apoios educacionais pertence à escola e não comporta articulação com a rede de proteção.

19. De acordo com a literalidade da Lei nº 12.764/2012, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista — Ciptea — foi criada com vistas a garantir:

- A.** atendimento educacional especializado, ma-

trícula prioritária em instituições públicas de ensino e identificação nacional obrigatória das pessoas com transtorno do espectro autista.

- B.** atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.
- C.** prioridade no atendimento em serviços públicos, atendimento terapêutico multiprofissional e acesso preferencial às instituições privadas de saúde e educação.
- D.** identificação da pessoa com transtorno do espectro autista, com validade permanente em todo o território nacional, mediante requerimento acompanhado de relatório médico.
- E.** atenção integral nos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, sendo facultativa a prioridade no acesso a serviços privados.

Uma estudante com deficiência intelectual, matriculada em escola regular, vem apresentando dificuldades de participação nas atividades propostas em sala de aula. A equipe escolar informa à família que a estudante poderá permanecer matriculada, mas que a instituição não tem obrigação de rever práticas pedagógicas ou adotar estratégias de apoio, pois a educação inclusiva estaria satisfeita com a garantia de convivência no espaço escolar. A família procura a rede socioassistencial para orientação.

20. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A permanência da estudante em escola regular satisfaz o direito à educação previsto na LBI, desde que a instituição assegure convivência com os demais alunos e preserve a organização pedagógica comum da turma.
- B.** A revisão de práticas pedagógicas e a adoção de estratégias de apoio constituem faculdade institucional, pois a LBI reconhece a educação inclusiva como diretriz programática dependente da capacidade administrativa de cada escola.
- C.** O direito à educação da pessoa com deficiência deve ser assegurado em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

aprendizado ao longo da vida, visando ao máximo desenvolvimento possível de seus talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.

D. A atuação da rede socioassistencial deve restringir-se ao encaminhamento da família para serviços especializados externos, pois a LBI atribui à escola regular a função de socialização, e não de enfrentamento das barreiras pedagógicas.

E. A instituição de ensino pode manter a matrícula da estudante sem alterar sua dinâmica pedagógica, desde que registre as limitações observadas e comunique formalmente à família a necessidade de apoio complementar fora do ambiente escolar.

Um jovem com deficiência visual inscreve-se em processo seletivo para ingresso em curso de formação ofertado por instituição de ensino. No ato da inscrição, solicita prova em formato acessível e tempo adicional, apresentando justificativa relacionada à sua condição. A instituição informa que adotará os mesmos instrumentos e o mesmo tempo para todos os candidatos, alegando que alterações individuais poderiam comprometer a igualdade entre os participantes.

21. Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

A. A instituição age corretamente ao preservar instrumentos e tempo uniformes para todos os candidatos, pois a igualdade nos processos seletivos exige tratamento idêntico entre pessoas com e sem deficiência.

B. A oferta de prova em formato acessível pode ser admitida, mas a concessão de tempo adicional depende de previsão expressa no edital e não decorre diretamente da proteção legal conferida à pessoa com deficiência.

C. O candidato com deficiência pode requerer atendimento diferenciado em processo seletivo, mas a instituição poderá substituir as adaptações solicitadas por avaliação posterior de desempenho, caso entenda que a acessibilidade compromete a padronização do certame.

D. A recusa da instituição é compatível com a LBI quando demonstrado que todos os candidatos foram submetidos às mesmas regras, pois a adoção de recursos acessíveis deve ocorrer prioritariamente após o ingresso no curso.

E. A instituição deve disponibilizar provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência e conceder dilação de tempo, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.

22. Na perspectiva da educação inclusiva, conforme os marcos orientadores da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir:

A. o acesso ao ensino comum, a participação, a aprendizagem e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino, a transversalidade da educação especial, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação de profissionais da educação, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial.

B. o atendimento prioritário em instituições especializadas, a flexibilização da matrícula em classes comuns, a organização de currículos específicos e a certificação diferenciada como eixos estruturantes da educação especial inclusiva.

C. a escolarização preferencial em espaços especializados, a atuação pedagógica substitutiva ao ensino regular e a participação familiar condicionada à indicação da equipe técnica responsável pelo atendimento educacional especializado.

D. a inclusão escolar mediante adaptação progressiva do estudante ao currículo comum, com oferta de atendimento educacional especializado quando a permanência na turma regular demonstrar insuficiência pedagógica.

E. o acesso ao ensino comum mediante avaliação prévia da capacidade de acompanhamento curricular, a oferta de apoio especializado em ambientes próprios e a articulação intersetorial quando houver demanda socioassistencial formalizada.

Na região administrativa de Ceilândia, a equipe de um CRAS identifica, em diálogo com famílias acompanhadas pelo PAIF, que há crianças de 0 a 3 anos fora da creche por desconhecimento dos responsáveis sobre o direito à matrícula e por ausência de levantamento sistematizado da demanda local. Também se observa que algumas crianças de 4 e 5 anos, embora matriculadas na pré-escola, apresentam frequência irregular. Diante disso, propõe-se atuação articulada entre a Secretaria de Educação, a assistência social, a saúde e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

23. Considerando a situação hipotética e as Metas do PNE 2026-2036 e as estratégias, assinale a alternativa CORRETA:

A. A busca ativa na educação infantil deve concentrar-se na obrigatoriedade da pré-escola, pois a creche, embora integre a educação infantil, depende da manifestação espontânea da família e não se vincula a levantamento de demanda pelo poder público.

B. O levantamento da demanda por creche e a busca ativa na educação infantil podem ser apoiados técnica e financeiramente, em regime de colaboração, com caráter informativo acerca do direito à matrícula da criança e da opção da família no caso das creches.

C. A atuação da assistência social na educação infantil deve ocorrer depois da matrícula, pois as estratégias atribuem à política educacional a condução isolada da busca ativa e do acompanhamento da frequência escolar.

D. A articulação com órgãos da saúde e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é cabível quando houver violação formalmente comprovada, mas não integra a política de levantamento de demanda por creche.

E. A redução da evasão e do abandono na educação infantil deve ser tratada como consequência da ampliação de vagas, sem

necessidade de acompanhamento da frequência ou de coordenação com outras políticas públicas.

24. De acordo com a literalidade da Lei nº 15.388/2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036, são objetivos gerais da educação nacional que orientarão a formulação e a implementação das políticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios:

A. garantir o direito à educação, com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades; melhorar a qualidade da educação; democratizar o acesso e a permanência na educação básica e superior; universalizar o atendimento escolar à população de 4 a 17 anos; proteger e desenvolver a primeira infância; superar o analfabetismo absoluto e funcional de jovens e adultos.

B. garantir o direito à educação básica, com prioridade para o ensino obrigatório; melhorar os indicadores de desempenho escolar; democratizar o acesso à educação superior; universalizar o atendimento escolar da população de 6 a 17 anos; proteger a infância escolarizada; reduzir o analfabetismo funcional entre adultos.

C. ampliar as oportunidades educacionais nas etapas obrigatórias; melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio; democratizar o acesso à educação básica; universalizar a pré-escola e o ensino fundamental; proteger a primeira infância em situação de vulnerabilidade; erradicar o analfabetismo de jovens e adultos em prazo progressivo.

D. garantir o direito à educação, com ênfase na formação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade da educação superior; democratizar a permanência nos cursos técnicos; universalizar o atendimento escolar da população de 4 a 17 anos; proteger a infância e a juventude; superar o analfabetismo absoluto.

E. ampliar a oferta educacional pública, com vistas à formação cidadã; melhorar os resultados de aprendizagem; democratizar o acesso à educação básica; universalizar o atendimento escolar da população de 5 a 17 anos; desenvolver a primeira infância; reduzir desigualdades regionais na educação básica.

LOAS - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

06 MAIO - Prof. Adenilton

25. Com base na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), com suas alterações posteriores, em relação à organização da assistência social no Brasil:

A. A assistência social é de livre adesão e, por isso, não é organizada como política pública, sendo implementada exclusivamente por entidades privadas e beneficentes, sem qualquer interferência do Estado.

B. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza a assistência social em um sistema federativo, sendo o financiamento exclusivo da União, enquanto estados e municípios possuem apenas funções administrativas.

C. A assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, sendo organizada em um sistema descentralizado e participativo, que se estrutura a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com financiamento compartilhado entre a União, os estados e os municípios.

D. Entre os princípios da assistência social, destaca-se a prevalência da lógica meritocrática, com a concessão de benefícios condicionada ao desempenho econômico das famílias atendidas.

E. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela LOAS, é concedido exclusivamente à pessoa idosa com mais de 65 anos, sem previsão para pessoas com deficiência e doenças graves.

26. Sobre os objetivos da Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa INCORRETA:

A. O amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

B. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

C. A promoção da integração ao mercado de trabalho.

D. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

E. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

27. Assinale a alternativa que corresponda a uma das diretrizes previstas no Art. 5º da Lei Orgânica da Assistência Social.

A. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

B. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

C. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

D. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, com discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

E. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

28. De acordo com a Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), as proteções sociais básica e especial são ofertadas precipuamente no _____ e no _____, respectivamente, além das entidades sem fins lucrativos de assistência social.

Qual alternativa preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas?

A. SUAS - CNAS.

B. CAPS - CRAS.

C. CRAS - CREAS.

D. CREAS - CRAS.

E. PNAS - CNAS.

O artigo 6º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define como funciona a gestão e organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

29. Nesse contexto, registre (V), para verdadeiro, e (F), para falso, nas afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

() As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

() A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério da Saúde.

() O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A. V, F, F.

B. V, V, V.

C. F, F, F.

D. F, F, V.

E. V, F, V.

30. É CORRETO afirmar que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por:

A. 15 (quinze) membros e respectivos suplentes.

B. 20 (vinte) membros e respectivos suplentes.

C. 24 (vinte e quatro) membros e respectivos suplentes.

D. 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes.

E. 10 (dez) membros e respectivos suplentes.

Deverá ser concedido às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado um benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

31. Estamos nos referindo ao(à):

A. cartão cidadão.

B. aposentadoria por idade.

C. aposentadoria compulsória.

D. benefício de prestação continuada.

E. aposentadoria por tempo de serviço.

32. Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), assinale a alternativa CORRETA:

A. O BPC é destinado a pessoas idosas e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria sub-

sistência.

B. O beneficiário do BPC pode receber outros benefícios previdenciários, como aposentadoria e pensão por morte.

C. Para ter direito ao BPC, o requerente deve ter contribuído por pelo menos 5 anos ao INSS.

D. O valor do BPC pode variar de acordo com a condição socioeconômica do beneficiário, podendo ser superior a um salário mínimo.

E. O benefício do BPC deverá ser revisto a cada 02 (dois) anos.

Um beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), amparado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), reside em um município de pequeno porte.

33. Após ser notificado, qual é o prazo máximo para atualizar seu cadastro no CadÚnico, conforme o Art. 21-B?

A. 45 dias após a notificação.

B. 30 dias após a notificação.

C. Até o final do prazo de suspensão do benefício.

D. 90 dias após a notificação.

E. 15 dias após a notificação.

34. A respeito do auxílio-inclusão, de acordo com a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, é CORRETO afirmar que:

A. Será devido a partir da data de homologação, e o seu valor corresponderá a 40%.

B. O pagamento cessará nas hipóteses de o beneficiário deixar de atender aos critérios de concessão.

C. Está sujeito a desconto de qualquer contribuição e gera direito a pagamento de abono anual.

D. O pagamento será cumulado com o pagamento do seguro-desemprego.

E. Poderá ser pago para idoso com 65 anos ou mais, independente de ser pessoa com deficiência.

35. Sobre os benefícios eventuais, disciplinados na Lei nº 8.742/1993, assinale a alternativa CORRETA:

A. A concessão e o valor destes benefícios serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios

e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

B. O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade.

C. Benefício eventual subsidiário poderá ser cumulado com o chamado Programa Bolsa-Renda.

D. Benefício eventual subsidiário poderá ser cumulado com o chamado Auxílio Emergencial.

E. Considera-se benefício eventual a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

36. Com base no disposto no § 3º do artigo 6º-F da LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, como é garantida a ampliação da fidedignidade das informações cadastradas no CadÚnico?

A. Por meio da exclusividade no uso de dados fornecidos pelos municípios.

B. Através da integração de dados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

C. Pela implementação de tecnologias que estimulem acessos indevidos.

D. Mediante auditorias periódicas realizadas pelos órgãos gestores internacionais.

E. Com a indicação da sociedade civil na identificação de famílias elegíveis.

LEI MARIA DA PENHA E ESTATUTO DO IDOSO

07 MAIO - Prof. Suzele Veloso

(QUADRIX - Psic OF (CRP17)/CRP 17 (RN)/2018)

37. Segundo a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é considerada como forma de violência doméstica e familiar contra a mulher o(a):

A. violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

B. violência psicológica, entendida como qualquer conduta que não lhe cause dano emocional.

C. afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

D. restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

E. proibição temporária de celebrar atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial.

(QUADRIX - Ass Soc (Pref Jataí)/Pref Jataí/2019)

A Lei Maria da Penha apresenta as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

38. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta forma(s) de violência expressa(s) nessa Lei.

A. violência moral, entendida como violência psicológica e violência verbal

B. violência psicológica, considerada como qualquer conduta que configure difamação, injúria e calúnia

C. violência patrimonial, violência física e violência institucional

D. violência social, que se caracteriza pela tentativa de alguém controlar a vida social de outra pessoa e mantê-la isolada, violência estrutural e violência sexual

E. violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria

(QUADRIX - ASoc (CRESS 8 (DF))/CRESS 8 (DF)/2021)

A Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) afirma que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

39. Com base nessa Lei, julgue os itens a seguir:

I. A política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher tem como uma de suas diretrizes a implementação do atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

II. O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

III. Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial à mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS) os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento da vítima em situação de violência doméstica e familiar.

IV. A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes na instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio ou para transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A. 0.
- B. 1.
- C. 2.
- D. 3.
- E. 4.

(QUADRIX - ASoc (Barreiras)/Pref Barreiras/2022)

40. À luz da Lei n.º 11.340/2006, julgue os

próximos itens:

I. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.

II. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. Nenhum item está certo.
- B. Apenas o item I está certo.
- C. Apenas o item II está certo.
- D. Todos os itens estão certos.

(QUADRIX - Ass Soc (FUABC)/FUABC/2025)

A Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, expressa que “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”

41. Assinale a opção CORRETA, referente à Lei Maria da Penha.

A. A Lei Maria da Penha é aplicada em qualquer ação que configure violência contra a mulher e que lhe cause morte, lesão, sofrimento sexual ou psicológico e dano patrimonial.

B. A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, por autoridade policial.

D. A medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a monitoração eletrônica do agressor, sendo disponibilizado à vítima dispositivo de segurança que a alerte em caso de aproximação.

E. As medidas protetivas de urgência terão prazo determinado de, no máximo, 12 meses, e poderão ser renovadas nos casos em que

persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

(QUADRIX - Esp Psico (CFP)/CFP/Psicologia Jurídica/2020)

42. As medidas protetivas de urgência asseguradas pela Lei Maria da Penha poderão ser concedidas:

- A.** pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.
- B.** pelo Ministério Público.
- C.** pela autoridade policial.
- D.** a pedido da parte ofendida e corroboradas pelo juiz.
- E.** pela parte ofendida.

(QUADRIX - ASoc (Pref Cristalina)/Pref Cristalina/2019)

A violência doméstica é uma realidade que se faz presente no cotidiano de várias mulheres. Dentro desse cenário, a Lei n.º 11.340/2006, também denominada Lei Maria da Penha, é um importante instrumento que apresenta mecanismos tanto de coibição da violência quanto de proteção às mulheres.

43. Quanto à Lei Maria da Penha, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A Lei Maria da Penha se aplica a todas as situações de violência contra a mulher, inclusive naquelas que ocorrem no contexto da rua, em conflitos de trânsito, em que um desconhecido profere uma palavra ofensiva a uma mulher.
- B.** Uma das medidas protetivas de urgência aplicadas pelo juiz ao agressor é a determinação da prestação de alimentos provisórios à mulher vítima de violência doméstica.
- C.** Totalizam quatro os tipos de violência contra a mulher expressos e identificados na Lei Maria da Penha. São elas as violências físicas, psicológicas, morais e sexuais.
- D.** Uma das penas aplicadas pelos juízes ao agressor é a prestação pecuniária ou a doação de cestas básicas para instituições filantrópicas cadastradas no fórum.
- E.** Entre as medidas integradas de prevenção à violência doméstica contra a mulher, destaca-se o fornecimento de transporte, para a ofendida e seus dependentes, para abrigo ou

local seguro, após a ocorrência da violência e quando houver risco de morte.

(QUADRIX - Ass Soc (Pref Jataí)/Pref Jataí/2019)

Maria Luíza é assistente social de um Núcleo de Atendimento à Mulher, órgão municipal que atende e orienta mulheres vítimas de violência doméstica.

44. Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa que apresenta uma prática profissional compatível com os princípios e as diretrizes previstos na Lei Maria da Penha.

- A.** Ao explicar sobre o que é a Lei Maria da Penha para a usuária, Maria Luíza informa que é uma Lei que possui como objetivo principal a responsabilização e a punição do autor de violência doméstica contra a mulher.
- B.** Maria Luíza informa para a usuária que, na Lei Maria da Penha, estão previstas as medidas protetivas de urgência que deverão ser aplicadas ao autor da violência doméstica e as medidas protetivas de urgência que serão aplicadas às mulheres que sofreram a violência, cada qual com suas especificidades.
- C.** No atendimento prestado à usuária, Maria Luíza informa que a Lei Maria da Penha trata de toda e qualquer violência contra a mulher.
- D.** No atendimento a uma mulher que sofreu violência física e injúria por parte do companheiro, a usuária manifestou o interesse em retirar a queixa que teria sido realizada na delegacia há uma semana. Maria Luíza informou que, para retirar a queixa, bastava a mulher se dirigir à delegacia onde realizou a ocorrência e prestar declaração, manifestando seu desejo de que a representação seja retirada.
- E.** Ao exemplificar as formas de responsabilização do autor de violência doméstica aplicadas pela justiça, Maria Luíza elencou o pagamento de cestas básicas e a prestação pecuniária.

(IGEDUC - 2026 - Assistente Social (Pref Calçado)

A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) é o principal marco legal no combate à vio-

lência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, estabelecendo mecanismos de proteção e definindo diferentes formas de violência.

45. Sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme a Lei, marque V, para as afirmativas verdadeiras e F, para as falsas.

() A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou vise degradar ou controlar suas ações.

() A violência patrimonial inclui a retenção, subtração ou destruição de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais ou recursos econômicos.

() A violência moral é configurada por qualquer conduta que constitua calúnia, difamação ou injúria.

() A Lei reconhece apenas a violência física como crime, sendo as demais formas (psicológica, moral) consideradas apenas infrações administrativas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

A. V, F, V, F.

B. V, V, V, F.

C. F, F, F, V.

D. F, V, F, V.

(CETAP - 2026 - Assistente Social (Pref Vi-seu)

46. Para os efeitos da Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I. no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II. no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

II. em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido

com a ofendida, independentemente de coabitação.

Estão corretas:

A. todas as assertivas.

B. apenas as assertivas I e II.

C. apenas as assertivas II e III.

D. apenas as assertivas I e III.

(QUADRIX - Psc Tec (CRP 16 (ES))/CRP 16 (ES)/Orientação, Fiscalização e Ética/2012)

47. Segundo o Estatuto do Idoso, aprovado em setembro de 2003, podemos afirmar que:

I. o idoso tem atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde.

II. a distribuição de remédios aos idosos, principalmente os de uso continuado, deve ser gratuita, assim como a distribuição de próteses e órteses.

III. os maiores de 60 anos têm direito ao transporte coletivo público gratuito.

Está CORRETO o que se afirma em:

A. somente I e III.

B. todas.

C. somente I e II.

D. somente III.

E. somente II.

(QUADRIX - Ass Soc (Pref Jataí)/Pref Jataí/2019)

48. Sempre que os direitos dos idosos previstos no Estatuto do Idoso forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso da família, de curador ou entidade de atendimento ou em razão de sua condição pessoal, deverão ser aplicadas as medidas:

A. protetivas de urgência.

B. de proteção.

C. de atenção especial.

D. especiais de segurança.

E. de intervenção primária.

USO DA VÍRGULA

08 MAIO - Prof. Mariana Noletto

49. Acerca da norma-padrão da língua portuguesa, assinale o trecho em que o emprego da vírgula não é obrigatório:

- A. “O órgão responsável pela voz é a laringe, comumente conhecida como caixa de voz, pois desempenha um papel fundamental na produção de som.”
- B. “Nesse contexto, a linguagem escrita assume papel central” provocaria erro gramatical.”
- C. “A clareza textual, a correção gramatical e a precisão vocabular são requisitos”
- D. “o domínio da língua portuguesa não se restringe a uma exigência formal, mas configura instrumento essencial de trabalho do servidor público.”
- E. “e reconhecer os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas, sintáticas e semânticas.”

50. Assinale o item em que a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo à correção gramatical e à coerência da frase:

- A. “Os modelos intra-auriculares, que são inseridos diretamente no canal auditivo, podem provocar irritação.”
- A. Após o uso do fone, nosso ouvido leva de 45 a 60 minutos para se recuperar da exposição sonora.
- B. “Quando essas células são lesionadas, não se regeneram.”
- C. “De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de um bilhão de jovens adultos corre o risco de sofrer perda auditiva”
- D. “Os fones de ouvido são indispensáveis no transporte público, no trabalho, na academia.”

51. Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, poderia ser suprimida a (s) vírgula (s) em:

- A. O que ela carrega nos braços é, ao fim e ao cabo, o Brasil.
- B. Nestes 500 anos de história, quais são as figuras que personificam o nosso país?
- C. Mas eu, particularmente, quando penso em Brasil,

D. Nomes não nos faltam: Tiradentes, o Aleijadinho, Pelé, Chiquinha Gonzaga, Lampião, Antônio Conselheiro, Oswaldo Cruz, Villa Lobos, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Getúlio Vargas...

E. O Brasil é a coragem, a determinação, a resignação.

52. No trecho “Os braços, que seguram sem se fatigar, são daquela mulher.”, as vírgulas são empregadas para:

- A. indicar a elipse de um termo da oração.
- B. separar termos de uma enumeração.
- C. isolar vocativo intercalado.
- D. isolar uma oração coordenada de valor aditivo.
- E. isolar uma oração adjetiva.

53. No trecho “Por exemplo: um belo dia, quando eu tinha mais ou menos nove anos, meu irmão do meio, sete, e o caçula, seis, ele nos deu os dois volumes da enciclopédia” a função primordial das vírgulas empregadas nos segmentos “meu irmão do meio, sete” e “o caçula, seis” é:

- A. separar termos de uma enumeração.
- B. desconectar o emprego dos substantivos “irmão” e “caçula” do uso dos numerais.
- C. indicar a omissão da forma verbal anteriormente mencionada.
- D. separar os termos de uma comparação.
- E. separar um aposto.

54. Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto se fosse (m) suprimida (s) a (s) vírgula (s) em:

- A. Em 5 de junho, comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.
- B. A atividade de eletricidade e gás foi a que mais captou água (85,1%), mas não a consumiu.
- C. Os volumes consumidos são, de uma forma ou de outra, devolvidos à natureza.
- D. Desde então, os comerciantes deixaram de usar suas próprias notas promissórias.
- E. Foi durante a dinastia Song, por volta do ano 1.000 da nossa era, na província chinesa

de Sichuan.

55. No trecho “O mundo não precisa inventar uma solução mágica’ expressou Friederike Otto, cientista climática do Imperial College London.” a vírgula:

- A. separa sujeito e predicado.
- B. introduz um aposto.
- C. isola um vocativo.
- D. separa termos de uma enumeração.
- E. marca a inversão da ordem direta da frase.

A fundamentação (e argumentação) da tese nem sempre tem caráter linear e facilmente reconstruível; às vezes ela assume formas muito refinadas.

56. No trecho acima, seria preservada a correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após:

- A. A.
- B. caráter.
- C. facilmente.
- D. às vezes.
- E. assume.

57. No trecho “Essas qualidades têm sentido cada vez maior na sociedade moderna, que tanta força procura na tecnologia.” a vírgula é empregada para:

- A. demarcar o início de uma oração com valor explicativo.
- B. separar elementos em uma sequência enumerativa.
- C. separar orações que têm sujeitos distintos.
- D. demarcar o deslocamento de uma oração adverbial.
- E. demarcar o início de uma oração com valor restritivo.

A quebra de recordes em 2024 é um sinal de que os limites climáticos globais estão mais próximos do que nunca, exigindo uma resposta global coordenada e ambiciosa para evitar um futuro ainda mais quente.

58. No trecho acima, seria preservada a correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após:

- A. é.
- B. climáticos.
- C. exigindo.

- D. coordenada.
- E. ambiciosa.

A prática política da declaração de direitos ocorre em ocasiões muito precisas. De fato, algumas declarações de direito ocorrem em situações revolucionárias, isto é, naqueles momentos em que o Baixo da sociedade se rebela contra o Alto e reconhece a ordem vigente injusta.

59. No trecho acima, seria preservada a correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após:

- A. direitos.
- B. ocorre.
- C. direito.
- D. rebela.
- E. Alto.

Assim, quando pensamos em produção automatizada de textos por LLM (large language models), a questão que se coloca é saber não apenas o nível de proficiência dessas ferramentas em produzir conteúdo.

60. No trecho acima, as vírgulas são empregadas para:

- A. isolar aposto.
- B. isolar vocativo.
- C. separar termos de uma enumeração.
- D. isolar oração substantiva intercalada.
- E. isolar oração adverbial intercalada.

   OSPEDAGOGICOS

Simulado 
Premiado
SEDES

 **PEDAGÓGICOS**
cursos e concursos